

Reflexiones sobre las actividades lúdicas en la Educación Infantil como recurso didáctico para niños autistas

Reflections on the Playful Activities in Early Childhood Education as a Didactic Resource for Autistic Children

Reflexões acerca das atividades lúdicas na Educação Infantil como recurso didático para crianças autistas

Isabel Follmann Thomas¹

Cleusa Inês Ziesmann²

Jeize de Fátima Batista³

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo reflexionar sobre la inserción del juego como recurso didáctico para niños autistas y comprender su importancia en este proceso. La investigación realizada es del tipo estudio de caso de naturaleza cualitativa, teniendo como sujetos madres de niños con el Trastorno del Espectro Autista. El instrumento utilizado fue una entrevista semiestructurada que fue grabada y posteriormente transcrita. Las comprensiones nos indican pensar sobre la importancia de lo lúdico como metodología de enseñanza y de lo relevante que se hace el juego para los niños autistas. Además, es importante destacar que se trata de un tema fundamental en el escenario actual de la educación, siendo central presentar su esencia dentro de una visión que demuestre su importancia, trayendo así una nueva realidad a las escuelas y promoviendo el desarrollo de los niños autistas.

Palabras clave: trastorno del espectro autista; ludicidad; educación inclusiva

Summary

The present study aimed to reflect on the inclusion of the playful as a teaching resource for autistic children and understand its importance in this process. The research is of a qualitative type case study, with subjects mothers of children with Autism Spectrum Disorder. The instrument used was a semi-structured interview that was recorded and later transcribed. The understandings indicate us to think about the importance of the playful as a teaching methodology and how relevant is the playful for autistic children. In addition, it is important to emphasize that this is a fundamental theme in the current education scenario, being central to present its essentiality within a vision that demonstrates its importance, bringing a new reality to schools and promoting the development of autistic children.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Ludicity; Inclusive Education

Resumo

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a inserção do lúdico como recurso didático para crianças autistas e compreender a sua importância nesse processo. A pesquisa realizada é do tipo estudo de caso de natureza qualitativa, tendo por sujeitos mães de crianças com o Transtorno do Espectro Autista. O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada que foi gravada e posteriormente, transcrita. As compreensões nos indicam a pensar sobre a importância do lúdico como uma metodologia de ensino e de quão relevante se faz o lúdico para as crianças autistas. Além disso, é importante ressaltar que se trata de um tema fundamental no cenário atual da educação, sendo central apresentar a sua essencialidade dentro de uma visão que demonstre a sua importância, trazendo assim uma nova realidade para as escolas e promovendo o desenvolvimento das crianças autistas.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; ludicidade; educação inclusiva

Introdução

A Educação Inclusiva está sendo cada vez mais fortalecida e tem conquistado mais espaço na Educação Básica. Para tanto, trabalhar a ludicidade para crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA é de grande importância, pois o lúdico é um recurso que permite despertar o interesse da criança nas atividades diárias, bem como desenvolver múltiplas habilidades, estimulando as funções sociais e emocionais. Dessa forma, percebemos a importância da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem para uma criança no âmbito escolar, bem como a utilização de atividades, jogos e brincadeiras, que contribuem para o aprendizado infantil.

Elas (as crianças com TEA) se desenvolvem a partir de um contexto que as aproxime de atividades com significado, além de experiências adquiridas conforme suas vivências do mundo externo, promovendo, assim, a ampliação do seu próprio conhecimento e de suas ideias através do contato com outros sujeitos, com outras experiências de vida e de mundo. O entendimento sobre a maneira como as crianças aprendem, como elas se relacionam com o mundo externo e com as outras pessoas, são fatores muito importantes e devem ser as principais preocupações dos professores dentro do âmbito escolar. Somente dessa forma poderão ser identificadas situações de dificuldades na relação ensino e aprendizagem e, também, estabelecidas relações com os seus pares, desenvolvendo a sua autonomia.

A atividade lúdica é uma ferramenta de ensino utilizada em especial para crianças com deficiência e sem deficiência, fazendo com que elas sejam conduzidas, de maneira significativa, para níveis mais altos de autonomia e independência, bem como, incentivadas a aprender com entusiasmo. De acordo com Apaz et al (2012):

O termo lúdico etimologicamente é derivado do Latim “*ludus*” que significa jogo, divertir-se e que se refere à função de brincar de forma livre e individual, de jogar utilizando regras referindo-se a uma conduta social, da recreação, sendo ainda maior a sua abrangência. Assim, pode-se dizer que o lúdico é como se fosse uma parte inerente do ser humano, utilizado como recurso pedagógico em várias áreas de estudo oportunizando a aprendizagem do indivíduo (p. 07).

Atualmente, encontramos muitos autores enfatizando sobre a necessidade da inserção da ludicidade como forma de ensinar e aprender, mesmo que os pais e alguns profissionais inseridos no cenário escolar ainda a entendam como uma brincadeira “sem função” dentro da escola. Para Ferrari, Savenhago e Trevisol (2014), “todo o professor deveria ter claro que proporcionar brincadeiras significativas, ou seja, harmonizar conteúdos com brincadeiras é extremamente significativo para o aprendizado. Se brincar é prazeroso, assim também pode ser o aprender” (p. 17). Assim, o lúdico se dá cada vez mais como uma estratégia de ensino, pois o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do

processo pedagógico.

A inclusão escolar de uma criança autista é um processo muito importante que deve observar os mais variados e possíveis desafios para a adaptação dela no ambiente escolar. Dessa forma, a inserção do lúdico neste trabalho é fundamental, pois fará com que as crianças consigam ter uma maior compreensão no aprendizado e também, identificar as suas dificuldades.

Nesse sentido, as atividades práticas inseridas nas séries iniciais contribuem para a compreensão da realidade do aluno, bem como auxilia na busca para estabelecer relações com os conceitos científicos. De acordo com Oliveira (1999) é preciso enxergar os alunos como arquitetos de seus saberes, por meio de atividades propostas que devem ser adequadas à atividade científica, uma vez que, para eles, não há sentido nos modelos fundamentados somente na explicação do professor e na realização de exercícios de fixação. Com isso, a experimentação é conhecida como uma atividade reflexiva capaz de despertar a atenção e curiosidade dos alunos. A experimentação, presente nas aulas, permite que o lúdico ocupe um espaço importante, sendo compreendido como uma oportunidade de vivenciar na prática os conteúdos. Isso promove a participação e o envolvimento dos alunos, estabelecendo um elo direto com sua aprendizagem.

Na Educação Especial, considerando as particularidades e limitações dos alunos, assimilar conteúdos a partir do método tradicional de ensino pode ser ainda mais difícil. Por isso, as instituições de ensino devem disponibilizar diversos serviços e estratégias a fim de atender e respeitar as necessidades educacionais de cada discente (Campos; Duarte, 2011). Com isso, podemos afirmar que a aprendizagem deve ser prazerosa e significativa para atingir os objetivos educacionais e, em especial, a ludicidade contribui para que se torne agradável.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a inserção do lúdico como recurso didático para crianças autistas e compreender a sua importância nesse processo. Com a intenção de fundamentar esse questionamento, apresentamos considerações baseadas em experiências compartilhadas por três mães de filhos com TEA.

Assim, este trabalho divide-se em cinco seções, na primeira trazemos o Referencial Teórico a fim de abordar e explicitar a importância de compreendermos o processo da Educação Inclusiva nas escolas, bem como, da necessidade de as instituições de ensino proporcionar um atendimento de forma suplementar/complementar aos alunos com deficiência; na segunda seção apresentamos o nosso percurso metodológico como uma pesquisa qualitativa, com caráter investigativo por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Para dar sequência, na terceira seção apresentamos a análise das nossas observações durante a coleta de dados, emergindo assim, três proposições definidas como “Experiências vivenciadas durante

a pesquisa: a observação como ferramenta para a produção de dados”, “A Inclusão escolar de crianças autistas nas escolas do ensino regular” e “A importância do uso de estratégias pedagógicas e de ensino para a efetivação da aprendizagem a partir de concepções das participantes”. E para finalizar, apresentamos as nossas Considerações finais, bem como, as Referências utilizadas como aporte teórico.

Referencial teórico

Pesquisas como a de Ziesmann (2018), Ziesmann e Guilherme (2020), Silva e Pavão (2019), Mantoan (2003, 2008) e, ainda, Sanches e Silva (2019), abordam e evidenciam a importância de um cotidiano escolar que respeite as particularidades de cada sujeito e também as especificidades na área da Educação Inclusiva, bem como a necessidade das instituições de ensino proporcionar um atendimento de forma complementar/complementar aos alunos com deficiência. Tal atendimento deve buscar reconstruir processos e relações, apontando as mais variadas possibilidades de mudanças em relação às formas e ao processo de pensar na inclusão de maneira mais lúdica, assim como em relação ao modo e/ou práticas pedagógicas eficientes para ensinar, considerando-se a nossa realidade atual.

Nesse sentido, a inclusão escolar para os alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem ainda é alvo de grandes embates por ser um assunto central a ser trabalhado. É preciso entender quais problemas, transtornos e/ou prejuízos esses estudantes sofrerão em um ambiente escolar sem preparo, sem adaptação e flexibilização curricular e, principalmente, professores sem formação específica para atender a diversidade existente em sala de aula.

Pensar a inclusão na Educação Infantil é uma ação social e cidadã muito importante, pois ajuda diretamente as crianças com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, promovendo um aprendizado valiosíssimo para todos os alunos, em especial, o respeito às diferenças. A Educação Infantil é o primeiro momento da etapa básica e tem como objetivo o desenvolvimento de todas as crianças. Nesta etapa, deve-se proporcionar aos alunos experiências capazes de contribuir com a sua formação pessoal e social, fazendo com que ampliem seus conhecimentos e também possam promover a construção da sua própria identidade, por exemplo.

Mantoan (2008), em suas pesquisas sobre o processo inclusivo nas escolas, relata que ocorreram muitas resistências para com a efetivação da inclusão no ambiente escolar. Segundo a autora:

Tal resistência talvez ocorra porque os alunos com deficiências têm direitos e limitações físicas, sensoriais e intelectuais significativas por definição e necessitam de instrumentos e apoios que os demais alunos não necessitam. É, também, porque mesmo com tais apoios pode ser que alguns alunos

com deficiências não alcancem o mesmo domínio do conteúdo curricular esperado (p. 22).

Nesse sentido, refletir sobre a relação família-escola é entender que há necessidade de aproximação entre elas, ainda que vistas de diferentes maneiras. Oliveira (2002) entende que cabe primordialmente à escola prestar apoio educacional e informativo às famílias. Já para Polonia e Dessen (2005), o papel da escola é o de oferecer apoio social à família, o que influencia no desenvolvimento do filho/aluno. Contudo, mesmo que a escola e a família sejam independentes e tenham papéis diferentes na vida da criança, é de suma importância trabalharem juntas.

Nessa linha de pensamento, é preciso ocorrer a flexibilidade de um trabalho de base profissional na instituição de ensino regular para cuidar das especificidades e a adesão pedagógica ficará pronta em salas habilitadas, sempre considerando a situação própria do alunado. Pensando especificamente no atendimento de crianças com TEA, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (American Psychiatric Association, 2014, p. 31), caracteriza o Transtorno do Espectro Autista por:

[...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Há, ainda, desinformação sobre os alunos com TEA e sobre a inclusão destes na rede regular de ensino. Por isso, a presença desse aluno na sala de aula ainda pode causar estranhamento e acarretar em estigmas por parte de muitos profissionais, sobretudo por crerem que ele não consiga aprender ou permanecer na sala de aula. Nesse sentido, é necessário que haja um olhar mais atencioso para essa criança, tirando o foco das suas limitações e priorizando as suas habilidades, as conquistas e capacidades adquiridas, nunca os segregando ou os deixando (Cunha, 2016).

Com isso, a interação e a socialização dos alunos com TEA são fundamentais e o lúdico possibilita o resgate de diversas brincadeiras e a oportunidade de inseri-las no contexto pedagógico da escola. Entretanto, é necessário que o jogo seja bem orientado de modo a tornar-se um excelente recurso para a aprendizagem. No ambiente escolar, as atividades lúdicas são bastante eficientes, fazendo com que sejam otimizados os recursos didáticos para o aluno, estimulando assim, o seu raciocínio lógico e o entendimento dos conteúdos trabalhados, bem como beneficiando a relação do estudante com o professor, promovendo um ambiente mais produtivo.

Contexto da pesquisa e seus desdobramentos

O presente estudo é de natureza qualitativa e se insere na modalidade de estudo de caso (Yin, 1994), com caráter investigativo por meio de pesquisa bibliográfica, embasada pelos pressupostos de Lüdke e André (1986). Os estudos realizados por pesquisadores sobre a Educação Inclusiva apresentados na forma de estado do conhecimento foram mapeados a partir do site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tais pesquisas tratam sobre a história, percursos e conquistas do Atendimento Educacional Especializado, e propõem uma análise reflexiva construída a partir dos documentos estudados/encontrados em relação aos atendimentos oferecidos aos alunos com TEA.

A definição dos participantes deu-se pelo aceite do convite feito a mães de crianças entre 4 e 7 anos de idade que apresentam esse transtorno e residam nas cidades de Mato Queimado, Santo Ângelo e Guarani das Missões, localizadas no estado do Rio Grande do Sul. O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada continha questões objetivas a qual foi gravada para, posteriormente, ser transcrita a fim de ser realizada a análise dos dados. As informações coletadas por meio das respostas à entrevista geraram novas indagações/questionamentos/caminhos, levando em conta as vivências das participantes da pesquisa.

O processo de coleta de dados junto às participantes permitiu a análise e reflexão sobre as respostas obtidas, as quais estão relacionados à importância das atividades lúdicas como recurso didático no atendimento para crianças com TEA. A partir das entrevistas semiestruturadas, foi possível compreender a vivência das mães cujos filhos convivem com TEA, bem como suas concepções e as principais dificuldades enfrentadas diariamente.

Quadro 1

Participantes da pesquisa

Nome da mãe	Idade da mãe	Escolarização da mãe	Idade da criança	Nome da criança
Joana	28 anos	Ensino Médio Completo	4 anos	Pedro
Márcia	38 anos	Pós-graduação	7 anos	João
Inês	36 anos	Pós-graduação	5 anos	Lucas

Nota: Essa tabela apresenta dados referentes aos participantes da pesquisa, elaboração própria (2022)

O presente estudo atende às exigências éticas relacionadas à pesquisa estabelecidas pelas normativas nacionais, em especial a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. O projeto foi encaminhado e o parecer substanciado do CEP foi aprovado no CAAE 60756322.2.0000.556.

Acredita-se que o presente estudo vem ao encontro de pesquisas recentes realizadas e também, evidenciar a relação da ludicidade com o processo de inclusão, assim como as possibilidades e desafios na formação inicial e continuada do professor que atua, principalmente, na Educação Infantil. A partir disso, apresentamos na seção seguinte, alguns resultados obtidos a partir da análise e algumas reflexões.

Análise e discussão de dados

No transcorrer desta pesquisa, foram elencados alguns resultados de estudos e pesquisas bibliográficas que discutem a importância de refletir sobre a inserção do lúdico como um recurso didático para crianças autistas. Também, busca compreender a importância das atividades lúdicas como recurso didático no atendimento para crianças com TEA, bem como as dificuldades de cada criança no processo de ensino e aprendizagem.

Experiências vivenciadas durante a pesquisa: a observação como ferramenta para a produção de dados

A pesquisa foi realizada nas cidades de Mato Queimado, Guarani das Missões e Santo Ângelo no estado do Rio Grande do Sul, onde se encontram as três famílias que possuem um filho/a autista convidadas a participar da pesquisa. A pesquisa foi realizada pelo convite aceito pelas mães de crianças entre 4 e 7 anos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista. Dessa forma, aqui apresentamos as famílias participantes, a fim de que possamos dialogar e refletir sobre o processo de inclusão de todos os alunos no Ensino Regular e a importância do uso de atividades lúdicas para a aprendizagem das crianças nessa faixa etária.

Caso 1: A família é composta por três integrantes. O pai, com 28 anos de idade, escolaridade correspondente ao ensino médio completo, é vendedor numa empresa de insumos e sementes. A mãe, com idade de 28, escolaridade correspondente à técnico em contabilidade, optou por continuar a trabalhar fora de casa. O casal possui um único filho de quatro anos com autismo que frequenta uma escola de educação especial há apenas um ano. O filho permanece durante a parte da manhã com a avó e, à tarde, vai para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE). A criança realiza terapias no decorrer da semana, tais como fisioterapia e terapia ocupacional, acompanhamento psicológico e equoterapia. Durante o tempo livre, assiste desenho, brinca no quintal da casa e com brinquedos diversos.

Os pais descobriram o diagnóstico de TEA através de uma consulta médica, pois perceberam no dia a dia do seu filho que este não atendia aos chamados, não conversava, nem mesmo apontava para algum objeto a fim de que fosse levado até ele e, ainda, realizava movimentos repetitivos e demonstrava falta de interação com as outras crianças. A mãe relata também que, quando seu filho nasceu, teve de ficar um período na neonatal e, a partir daí, foram muitas idas ao médico, as quais foram compreendidas logo após o diagnóstico. O filho tem maior dificuldade de interação com outras crianças e, apesar de ser diagnosticado como autista não-verbal, hoje está começando a falar.

Caso 2: A família é composta por três integrantes. O pai, com 40 anos de idade, escolaridade correspondente ao ensino médio completo, trabalha como eletricitista em uma empresa de geração de energia na Cermiões. A mãe, com idade de 39 anos, escolaridade correspondente a pós-graduação na área da educação especial, optou por continuar a trabalhar fora de casa. O único filho do casal, de sete anos, tem autismo e frequenta uma escola de ensino regular. Pela manhã, a criança permanece sozinha em casa e precisa realizar algumas tarefas simples que são deixadas pelos pais, e à tarde, vai para a escola de ensino regular, sem necessidade do auxílio de um monitor para acompanhá-la. Durante seu tempo livre, a criança gosta de ler, jogar futebol, assistir desenho e brincar com os amigos. O autismo foi descoberto na creche, cujos profissionais alertaram os pais sobre suspeitas que tinham. Após algumas pesquisas e a realização de consulta médica, os pais puderam ter certeza de que o filho tem TEA.

Caso 3: A família é composta pelo pai, com 44 anos de idade, escolaridade correspondente à pós-graduação, trabalha como coordenador geral em uma cooperativa. A mãe, com idade de 36 anos, escolaridade correspondente à pós-graduação, optou por continuar a trabalhar fora de casa. Têm um único filho de cinco anos que possui TEA e frequenta uma escola de Educação Especial há apenas um ano. Na parte da manhã, o filho permanece na companhia de sua tia e, à tarde, vai para a escola de ensino regular onde frequenta o pré A. Possui acompanhamento de um monitor para auxiliar nas tarefas/atividades na escola. O TEA foi constatado após os pais desconfiarem de alguns sinais, tais como dificuldade de atender a chamados e ordens simples, ordenação dos carinhos no tapete em fileira, movimentos repetitivos com as mãos, entre outros. O casal procurou, primeiro, um otorrinolaringologista acreditando que, talvez, o filho fosse surdo e como não era o caso, consultaram com uma psicóloga, uma psicopedagoga e uma neuropediatra que, por perceberem as dificuldades da criança, constataram a presença do Transtorno do Espectro Autista. Os pais relatam que cada dia são percebidos novos avanços no filho, graças às terapias e também atividades que desenvolvem em casa junto da criança, promovendo assim o melhor desenvolvimento possível.

Uma vez apresentados os casos observados, destacamos, a seguir, as categorias de análise que mais se tornaram recorrentes durante os nossos encontros com as famílias participantes da pesquisa.

A inclusão escolar de crianças autistas nas escolas do ensino regular

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurodesenvolvimental que se caracteriza pelo comprometimento de áreas do desenvolvimento de cada indivíduo. É um espectro com distúrbios que estão relacionados e afetam o cérebro ainda em desenvolvimento. Ressalta-se que o diagnóstico e tratamento de distúrbios sempre foram difíceis, porque estes apresentam grande variabilidade de características, muitas em diversos graus. As áreas afetadas pelo transtorno são as habilidades sociocomunicativas e os comportamentos repetitivos e restritos, que afetam as relações e também as trocas estabelecidas com o meio em que as pessoas com esse transtorno vivem.

Dessa forma, o TEA é conhecido como um transtorno que desafia a ciência, pois suas causas ainda são pouco conhecidas. No entanto, sabemos que a genética tem um papel importante e que os métodos disponíveis hoje permitem diagnosticar precocemente. Em geral, esta condição se manifesta no início da infância e acaba limitando ou prejudicando o desenvolvimento e crescimento diário do indivíduo.

A dificuldade de comunicação e de interação social, bem como a presença de comportamentos repetitivos e restritivos são as principais características de comprometimento dessas duas áreas do desenvolvimento humano. Não são apresentados biomarcadores para que seja possível identificar o TEA e, assim, o diagnóstico para o transtorno se dá através de um olhar clínico que pressupõe a observação direta dos comportamentos apresentados por cada uma das crianças. Tais comportamentos incluem pouco contato visual, dificuldade de alterações em sua rotina, possuir uma hipersensibilidade sensorial e também comportamentos motores ou verbais que se produzem de maneira repetitiva.

Além disso, apesar de não haver estudos que comprovem este grande número de prevalência, encontramos uma estimativa de 500 mil casos de crianças com TEA no Brasil (Brasil, 2013; Riesgo, 2013). Na concepção de alguns autores, esse alto número se dá devido às mudanças no conceito do transtorno, no qual está sendo incorporada a ideia de espectro, de forma a abranger tanto os casos graves como os mais leves. Ainda, o fato de os profissionais estarem melhor preparados contribui para aumentar o número de diagnósticos de TEA (Assumpção Jr., 2012; Pereira, Riesgo, Wagner, 2008; Silva, Mulick, 2009).

O diagnóstico do autismo não é encarado apenas pelo indivíduo, mas envolve toda a família, pois surge a partir deste um processo de mudanças na vida e, principalmente, na dinâmica da família. O momento mais difícil no processo da descoberta do TEA pela família da criança é quando recebem o diagnóstico, como afirma

Márcia:

[...] é preciso aceitar o quanto antes o que a gente não quer e o quanto antes tu aceitar que é, não tentar esconder, botar pra baixo do tapete, sabe... tu aceitar e ir atrás de algo porque quanto mais rápido tu for procurar ajuda ou assistência, mais tu vai ter um desenvolvimento melhor pra eles

Assim, no momento em que ouvem o diagnóstico, os pais percebem que o seu filho ou filha, que foi muito pensado, esperado e idealizado, pode, a partir daquele momento, necessitar de cuidados especiais, preocupando-se com o futuro dos seus filhos. Sobre isso, Márcia afirma:

Mas a questão de sair em determinados lugares eu as vezes evito porque quando eu vou sair eu já saio tensa de casa porque eu não sei como é que vai ser, eu não sei como é que ele vai reagir, se ele vai gostar, se ele vai chorar então ah vamos sair num restaurante e eu já estou saindo tensa já estou assim “Ai meu Deus como é que vai ser?” “Como é que ele vai se portar?” “Será que vai dar certo?” “Será que ele vai sentar comer?”

Todavia, muitas famílias ainda se deparam com os anseios parentais que, de alguma forma, irão se tornar mais frágeis. Por isso, no momento do diagnóstico, é necessário promover um ajuste à nova realidade familiar. Inclusive, por vezes as famílias ficam ou se reservam cada vez mais em casa, não possibilitando à criança de estar entre outras pessoas.

Rosset (2005) define a família como sendo uma unidade ou um organismo no qual todas as partes estão ligadas e interagem. Há um movimento de trocas contínuo, circular, entre o sistema familiar e a estrutura individual. É neste momento que se percebem alterações, como uma alta carga de estresse e sobrecarga emocional nessas famílias que convivem com o autismo. Sobre isso, Márcia afirma que

Me fez assim... acordar na verdade para a vida de que eu estava acomodada, vida segue né? Tu acorda, vai acordar pra vida e pensar: não eu vou ter que ser uma super mãe, eu vou ter que me desdobrar e isso que mudou, sabe? A preocupação com os filhos sempre é grande e quando ele tem algo é maior ainda. Então é uma constante preocupação.

Com isso, devido ao tempo e também à energia que se fazem necessários para dar conta de toda a sobrecarga e dos cuidados exigidos pela situação, os pais e toda a família se veem confrontados por uma nova e desconhecida situação, que exige de todos algumas adaptações na realidade e na convivência familiar. Assim, Joana nos fala sobre as dificuldades e diz às mães que não desistam:

Se tiver que chorar, chore; se tiver que achar alguém para falar as frustrações, porque a gente vive dentro de frustrações. Ah não é só aquela pessoa que chega, aí parabéns, tu é uma mãe guerreira, a gente não é uma

mãe guerreira, a gente é uma mãe que sofre de alegria e frustrações Então eu digo pra aquela mãe autista que está ali ela não está sozinha. Por mais que pareça que ela está sozinha ela não está. Ela pode achar um meio de ser alguém para conversar de falar o que ela realmente sente e não desistir perante as dificuldades.

As redes de apoio entram, nesse momento, como suporte e ajuda para as crianças e também para as famílias. Se faz necessária uma rede de apoio para que as dificuldades e medos sejam enfrentados, pois, o autismo promove mudanças na família. Sobre essas redes, as mães relataram que:

Hoje aqui em Santo Ângelo a gente tem a AMA que foi criada, mas ainda não está cem por cento a funcionar. Tem a APAE que faz as terapias para as crianças no caso, mas para os pais também que não tem muita coisa mas se tu quiseres sentar lá e conversar com alguma terapeuta deles, eles são ouvidos, mas não é destinado para a mãe e para os pais no caso né? Eu participo de dois ou três grupos no WhatsApp que a gente troca e interage, troca experiência... aconteceu comigo e vai lá relata, dá um ombro amigo, uma coisa que ajuda bastante. Mas em questão de uma ajuda focada para os pais não, ainda é muita carência. (Joana)

Tem ali em Santo Ângelo, mas eu não participo e eu tenho um grupo formado e outro grupo formado no Watts que agora até pararam, mas de mães que ficam postando sabe algumas ideias enfim... meio que está parado. Mas principalmente no Instagram eu e o pai do João, a gente busca bastante informações. Sempre está buscando informações. (Márcia)

Nesse viés, percebemos, através das falas recorrentes, que a família de uma criança autista necessita de ajuda, entre eles o auxílio de uma rede de apoio para receber suporte social, emocional, cognitivo e, quando necessário, apoio financeiro, mesmo como algo emergencial. Dessa maneira, será possível enfrentar situações desafiantes, transformando o processo em algo mais leve. As redes sociais são, nesse processo, as

[...] teias de relações que circundam o indivíduo e, desta forma, permitem que ocorra união, comutação, troca e transformação. Ao integrá-la, existe a possibilidade de se organizar socialmente como uma estrutura descentralizada, em que todos podem, simultaneamente, ocupar diferentes e distintas posições, dependendo dos interesses e dos temas tratados (Brusamarello; Guimarães; Labronici; Mazza; Maftum, 2011, p. 34).

É importante que a família desenvolva estratégias capazes de contribuir para que as dificuldades possam vir a ser superadas no dia a dia de cada criança. Ao longo da história, pode-se perceber que a família sofreu muitas transformações por diferentes gerações, mas, independentemente de quais foram essas transformações,

a ela cabe a responsabilidade de promover a educação de seus filhos e influenciar no comportamento deles, bem como no meio social. Dessa forma, um dos papéis mais importantes da família é o de contribuir no desenvolvimento de cada indivíduo que ali se encontra. Ainda, por mais que a família tenha uma boa convivência e um ótimo relacionamento, quando é apresentado, dentro do seio familiar, algum membro que possua alguma deficiência, esta família precisará de ajustes ou de adequações em sua rotina.

Nesse processo, encontramos pais ávidos em compreender os comportamentos de seus filhos para conseguirem proporcionar os cuidados necessários e, assim, acabam se tornando experts na complexa síndrome denominada Transtorno do Espectro Autista. Esses pais buscam, cada vez mais, pela compreensão, por respostas ou, até mesmo, por se especializar na área e assim promover melhor qualidade de vida para seu filho. Neste sentido, Inês nos conta que:

Sou formada em administração, tenho pós-graduação e já pensei em fazer algo na área, até para esse ano não, até porque está terminando o ano, mas eu estou pensando em fazer algo mais específico. Na especialização, uma formação para até futuramente estar trabalhando nisso. Eu vejo que falta profissionais.

O cuidar de uma criança com autismo se dá como um processo exigente que demanda muito tempo por parte dos pais, causando um impacto na vivência familiar, bem como nas atividades de lazer, de socialização e econômicas. Percebemos, em nossas leituras dos textos bibliográficos, bem como nas falas das mães, um luto nesse processo de descoberta do autismo pelos pais, pelo que imaginaram para seu filho(a). A partir disso, Gomes (2006) apresenta, de maneira bem sintetizada, alguns momentos pelos quais, geralmente, as famílias passam. A autora sintetiza em três fases:

(1) o conhecimento do diagnóstico: ao conhecer o diagnóstico, a reação inicial é de choque e revolta, posteriormente vivenciam sentimentos de ansiedade, frustração e a culpa, sentindo-se impotentes perante o diagnóstico e, por fim, pode acontecer a etapa da negação, em que as famílias não acreditam no diagnóstico do seu filho e procuram outros médicos na esperança de encontrar uma opinião diferente;

(2) o processo de adaptação: começa-se a aceitar a deficiência, a família é capaz de falar acerca do problema e começa a reorganizar as ideias, começa a se aprender a viver com a criança portadora de deficiência e

(3) a fase avançada da doença: surge o desejo de não expressar os sentimentos, contudo eles estão presentes ou pelo vazio que não se sabe preencher ou pelos sentimentos de mal-estar e de culpa (Gomes, 2006, s.p.).

Nesse sentido, percebemos que, a partir da descoberta do autismo, serão en-

frentadas muitas etapas. As preocupações das famílias tendem a aumentar quando chega o momento de inserir seus filhos na escola, na Educação Básica, pois surgem diversos questionamentos, entre eles como poderão defender o filho de algum tipo de situação de perigo que ele possa vir enfrentar; sobre como o professor irá agir, se estará preparado ou não para recepcionar o filho; se a criança conseguirá relacionar-se com os colegas; e se enfrentará o preconceito, um assunto que vem sendo trabalhado muito atualmente. Sobre isso, Inês relata

Que eu saiba, mas eu vendo outros coleguinhos dele que se visitam, claro, principalmente meninas, eu vejo que então, não tem ele visitar a casa de outros coleguinhos. Eles não visitam a nossa casa, não tem uma relação. Mas nós somos convidados para aniversários em alguns momentos. Mas mesmo assim, nos olham com cara de desdém, com certa irritabilidade pelo comportamento dele. Mas essa questão de ter uma amizade, enfim, ele não acaba não tendo, né?

Desta maneira, destaca-se a necessidade de escolas e instituições de ensino apresentarem estratégias junto aos profissionais que trabalham nestes espaços, em conjunto com a colaboração da família, na busca de favorecer a transição das crianças com TEA da Educação Infantil para o ensino fundamental, bem como promover maior interação com os colegas.

A importância do uso de estratégias pedagógicas e de ensino para a efetivação da aprendizagem a partir de concepções das participantes

Se faz de grande importância que o lúdico seja entendido como uma das metodologias ou estratégias potencializadoras de aprendizagem com crianças no âmbito escolar. Alguns autores apresentam e enfatizam que o lúdico pode e deve ser utilizado como responsável pela aprendizagem nas práticas escolares, possibilitando a aproximação dos alunos com o conhecimento científico em sala de aula. Assim, muitos escritores/autores compreendem que o lúdico se apresenta como ferramenta de grande importância em relação ao quesito motivacional, pois oferece curiosidades que irão despertar a vontade de aprender e de buscar por respostas. Isso porque,

(...) nas brincadeiras as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. (...) no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações (Brasil, RCNEI, 1998, p. 27).

Nesse viés, é importante ressaltar que as aulas teóricas são importantes para aprimorar o saber, mas apenas a teoria não garante uma efetiva aprendizagem. A realização da prática se classifica como sendo a melhor maneira de fazer uma

“ponte” entre essas duas linhas de ensino e aprendizagem. Se faz necessário, então, que os professores busquem apresentar aos seus alunos práticas pedagógicas diferenciadas, aulas capazes de promover maior interação entre os estudantes de modo que consigam alcançar melhores resultados e não percam o interesse ou estejam sem nenhuma motivação para com os estudos. Assim, Lima (2012) afirma que:

O trabalho docente é colocar esses saberes em movimento e, dessa forma, construir e reconstruir o conhecimento ensinando e aprendendo com a vida, com os livros, com a instituição, com o trabalho, com as pessoas, com os cursos que frequenta, com a própria história (p. 41).

A partir do excerto acima, podemos afirmar que a relação da teoria com a prática durante o processo formativo do professor que vai significar a aprendizagem dos alunos mediante o ensino. Ainda dentro desta discussão, torna-se válido apontar para a necessidade de compreensão, por parte do professor, de que os alunos não devem ser comparados a tábulas rasas, pois todos são sujeitos capazes de adquirir conhecimento ao receberem estímulos que despertam a vontade de aprender (Pereira, 2012). A escola, como promotora de conhecimento, deve estar preparada para que seja inserida dentro de seu próprio contexto uma nova visão de ensino e aprendizagem capaz de fazer como que os professores levem até suas salas de aula brincadeiras, jogos e também realizem atividades fora de sala de aula. Dessa forma, ao inserir atividades lúdicas na dinâmica da sala de aula e no ensino de conteúdos, estas serão bem aceitas e, conseqüentemente, acrescentarão no processo de aprendizagem dos alunos.

As crianças aprendem através de brincadeiras, desenvolvendo habilidades e construindo o seu próprio espaço, conforme forem sentindo maior prazer durante a promoção da atividade lúdica ou da brincadeira. Com isso, podemos entender que é na Educação Infantil que as crianças produzem intervenções responsáveis por facilitar o seu aprendizado e desenvolvimento, principalmente as crianças autistas. Assim,

É na Educação Infantil que há possibilidade de uma real mudança na Educação, pois é nesse momento em que tudo começa. Se soubermos garantir a oferta de educação de qualidade para nossos alunos, com certeza teremos uma educação mais justa e conseqüentemente uma sociedade também mais justa. O lúdico se destaca como um modelo eficaz de inserir o aluno nas atividades, pois a brincadeira é algo que está dentro da criança, sendo a forma como ela procura descobrir que está em sua volta (Bispo, 2020, p. 4).

Nesse sentido, em relação ao atendimento de crianças com TEA, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), destaca-se o direito à

educação garantido a esses indivíduos no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades e aprendizado no decorrer da vida, considerando suas características, interesses, bem como necessidades de aprendizagem, com vistas a alcançar o máximo desenvolvimento possível das suas habilidades. A presente lei considera necessário um projeto pedagógico que promova o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. O decreto trata, ainda, sobre as demais adaptações necessárias para atender às características dos alunos com deficiência, a exemplo de recursos de tecnologia assistiva, assegurando o acesso desses estudantes ao currículo de forma igualitária e a ampliação das suas habilidades funcionais e autonomia (Brasil, 2015).

A Educação Infantil é conhecida por ser a primeira etapa da Educação Básica e é ofertada por creches e pré-escolas para crianças na idade entre de zero a três anos e também de quatro a cinco anos. A primeira etapa pode ser oferecida na rede municipal e também por estabelecimentos particulares, onde serão ofertados os turnos manhã ou tarde, podendo ter acesso ao turno integral. A primeira etapa da Educação Básica é tão importante porque, nesse momento, será promovido o desenvolvimento integral da criança, contemplando os aspectos físico, psicológico, intelectual e social (Brasil, 2010). Já em relação à perspectiva do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (Brasil, 1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), a ação de educar propicia aos alunos cuidados, aprendizagem, brincadeiras de maneira articulada de modo a contribuir para o aprendizado, para o desenvolvimento das capacidades de relacionamento interpessoal e de acesso a conhecimentos específicos.

Durante o período das entrevistas, foi observado que a dificuldade de cada uma das três famílias entrevistadas era a mesma. Todas apresentavam dificuldades em se relacionar com outras crianças, de promover um diálogo e também dificuldade de fala. Quando nos referimos ao lúdico como uma metodologia, encontramos um mundo com muito potencial, pois trata-se de uma das áreas que mais apresenta possibilidades de serem trabalhadas com os alunos, seja a partir de suas vivências ou não. Porém, ainda encontramos profissionais e escolas que não estão preparadas para vivenciar com plenitude esta prática que promove o aprendizado das crianças.

Friedmann (2011) salienta que a prática educacional deve ser uma construção progressiva de estratégias metodológicas com objetivos claros, sempre tendo o cuidado de levar em conta a realidade das crianças, com desafios significativos e capazes de incentivar a descoberta, o espírito crítico e a criatividade. No momento em que o professor utiliza as experiências do estudante e parte para o conhecimento científico, a motivação para aprender é maior, pois aquele conhecimento se torna

mais significativo.

Se faz importante que o professor, quando for elaborar atividades, pense na individualidade do estudante a fim de promover resultados e aprendizados expressivos, com objetivos claros e capazes de motivá-lo a desenvolver a atividade. A utilização das atividades lúdicas é ir muito além de brincadeiras, de jogos, pois o lúdico transita por locais que potencializam o desenvolvimento de modo integral dos alunos, principalmente quando falamos da aprendizagem com significados.

Diante das observações feitas através das entrevistas e da posse de respostas das mães Inês, Joana e Márcia, foi possível observar que é necessário apresentar um caminho lúdico e interdisciplinar para potencializar o uso de atividades práticas e significativas como um recurso de ensino e de potencialização do aprendizado das crianças com o Transtorno do Espectro Autista. O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a inserção do lúdico como recurso didático para crianças autistas e compreender a sua importância nesse processo para todas as crianças na etapa da Educação Básica. Com isso, se considera importante expressar alguns caminhos para os professores a fim de que desenvolvam práticas possíveis de serem utilizadas de maneira eficaz no ensino e aprendizagem dos alunos.

A presente pesquisa trouxe reflexões a partir das entrevistas realizadas com as mães sobre a importância das atividades lúdicas como um recurso didático para crianças autistas principalmente dos anos iniciais do ensino fundamental. As mães dessas crianças trouxeram também relatos de seus filhos com TEA, do seu meio social, mencionando inclusive as questões em relação às dificuldades dessas crianças na compreensão do comportamento social. Com isso, pode-se afirmar que a aprendizagem se torna muito mais significativa no momento em que as vivências das mães são contextualizadas e conectadas a estudos que venham mostrar as realidades de cada um dos participantes, bem como as diferenças entre cada um deles agregando, assim, também ao conhecimento e às atividades lúdicas.

Para concluir essa nossa categoria de análise, a partir de todas as conversas com as mães e das leituras realizadas para a escrita de nossa pesquisa, entende-se que o autismo ainda causa diversos questionamentos a todos os profissionais, tanto aos especialistas como aos professores e familiares. Ao mesmo tempo, precisamos nos dar conta de que cada sujeito tem as suas potencialidades e habilidades específicas e, por isso, todos merecem e possuem direito às mesmas oportunidades de serem ensinadas de forma adequada e com qualidade.

Considerações finais

Pode-se observar, através deste trabalho, que a brincadeira relacionada com o ensino na Educação Infantil para crianças autistas é muito importante, sobretudo

quando pensamos em desenvolvimento social e educacional, ou seja, desenvolvimento como um todo da criança. É de extrema importância que o autismo seja diagnosticado de maneira precoce a fim de que se possa auxiliar os pais e também os professores para que saibam como trabalhar com alunos com TEA utilizando estratégias diferenciadas em sala de aula.

A presente pesquisa nos afirma que o trabalho do lúdico e práticas pedagógicas diferenciadas contribui para a melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem em sala de aula, espaço onde encontramos crianças que estão descobrindo o mundo e todas têm o direito de brincar e, através desse brincar, podem também aprender. É importante destacar que as crianças estão em pleno desenvolvimento e enfrentam diferentes tensões, fazem novas descobertas em seu mundo cultural e a partir deste, começam a desenvolver a sua personalidade, ou seja, fazer as suas descobertas a partir da sua realidade.

A ludicidade se faz essencial para a criança com o Transtorno do Espectro Autista porque promove o desenvolvimento de diversas habilidades e funções sociais, emocionais e cognitivas das crianças. Nesse sentido, é necessário que nós, professores, tenhamos um olhar diferenciado e acolhedor para a aprendizagem das crianças autistas, pois será através da utilização adequada do lúdico e de metodologias que serão desenvolvidas as habilidades de cada um, aprimorando o seu desenvolvimento e conhecimento, diminuindo gradativamente as suas dificuldades, em particular. Dessa maneira, será possível obter resultados de aprendizagem de modo mais significativo, melhorando não só no ambiente escolar, mas também a rotina do aluno com a família.

É importante pensar no autismo e também na maneira como cada uma das crianças crescem e evoluem em seu conhecimento, pois é através dessa observação e desse olhar que conseguiremos observar questões que estão em nosso meio social e também a maneira como as crianças autistas compreendem o mundo, e como podemos ajudá-los nesse processo. Percebemos, através de nossas observações e conversas com os familiares, que a ludicidade é um recurso de grande importância, pois contribui para a aprendizagem das crianças.

É importante destacar que a educação é a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma criança autista. É através de práticas pedagógicas específicas que tais crianças poderão aprender, tanto os conteúdos formais, bem como, as atividades do cotidiano. A aprendizagem das crianças autistas não é um processo fácil, porém, fica visível que com dedicação, amor e trabalho estas podem sim se desenvolver e ter uma vida mais independente e com muita qualidade. O aluno autista necessita desenvolver suas habilidades, e para que isso ocorra, é necessária uma estrutura escolar eficiente, que possua profissionais com preparo e que todos estejam envolvidos neste processo educativo. Ao mesmo tempo,

sabemos que o aluno autista tem dificuldades em se adaptar ao mundo externo, em ambientes diferentes da rotina com a família, e por isso, é imprescindível que a escola desenvolva uma rotina no espaço escolar que possua estratégias de adaptação e desenvolvimento desses alunos compartilhadas e alinhadas com os familiares da criança.

Ainda, a partir de nossas leituras, observações e entrevista com os familiares, compreendemos que a aprendizagem escolar, para concretizar-se na prática, é necessário que tanto a escola quanto a família trabalhem juntas, seguindo rotinas a fim de não gerar surpresas indesejáveis para a criança. O que realmente não podemos deixar acontecer é que a criança se sinta insegura, desconfortável e agitada simplesmente por não saber o que acontecerá depois. Assim, percebemos que através da utilização de atividades lúdicas, a criança consegue compreender melhor o que deverá acontecer e, assim, não terá surpresas indesejáveis em seu dia a dia.

Para finalizar, concluímos que os jogos e brincadeiras são metodologias importantíssimas para o trabalho com crianças autistas. É necessário, também, que os professores busquem conhecer alternativas e práticas pedagógicas diferenciadas e buscar aperfeiçoamento e formação específica na área para poder auxiliar os alunos, independente da fase ou série em que estes se encontram.

Notas

¹ Graduada em Ciências Biológicas. <http://lattes.cnpq.br/1295517054423158>. E-mail: isabel-fotho@hotmail.com

² Doutora em Educação pela PUCRS. Professora permanente do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE) no Campus Erechim/RS e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) no Campus Cerro Largo/RS. É professora na Universidade Federal da Fronteira Sul /campus Cerro Largo/RS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial/Inclusiva - GEPEI e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas GEPETEC da UFFS de Cerro Largo/RS. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7114-5432>. E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br

³ Doutora em Letras Doutora em letras pela UniRitter. É professora na Universidade Federal da Fronteira Sul /campus Cerro Largo/RS. Líder do grupo de Estudos e Pesquisas GEPETEC e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial/Inclusiva - GEPEI da UFFS de Cerro Largo/RS. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1301-050X>. E-mail: jeize.batista@uffs.edu.br

Referências

Agripino-Ramos, C. S. (2019). *Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: um estudo longitudinal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19863/1/CibeleSh%c3%adrleyAgripino-Ramos_Tese.pdf. Acesso em:

16 ago. 2024.

American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*: DSM-5. Porto Alegre: Artmed.

Apaz, M. F.; Sena, C. C. B.; Macedo, J. M. F.; Soares, M. (2012). *A relação entre o aprender e o brincar: uma perspectiva psicopedagógica*. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/131.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

Assumpção Junior, F. B. (2012). Transtornos abrangentes de desenvolvimento. In: Assumpção Jr., F. B.; Kuczynski, E. *Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, p. 275-296.

Barreto, G. M. (2020). *Processos De Design Contemporâneo: o lúdico como mediação e inter-relação entre a linguagem, a cultura e o contexto: apontamentos lúdicos para o design do mobiliário infantil interativo*. Tese (Doutorado em Design) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16140/tde-01042021-193413/publico/TEGABRIELAMAFRABARRETO_Rev.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

Bispo, M. L. S. F. (2020). Brincadeiras como Ferramenta de Aprendizagem. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 14., São Cristóvão, Sergipe. *Anais Eletrônicos* [...]. São Cristóvão: UFS. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2020/brincadeiras_como_ferramenta_de_aprendizagem_play_as_a_learning_.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

Brasil. (2017). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/decreto-federal-sobre-educacao-especial.1241da22-3af8-48a6-9ba2-97f24fdac9ef#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207.611%2C%20de%2017,base%20na%20igualdade%20de%20oportunidades>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Brasil. (2012). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, SEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

Brasil. (2015). Lei Federal Nº13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 jun 2024.

Brasil. (1998). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/publicacoes/diretrizes-de-atencao-a-reabilitacao-da-pessoa-com-transtornos-do-espectro-do-autismo.pdf/view>. Acesso em: 16 jan. 2024.

- Brasil. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- Brusamarello, T.; Guimarães, A. N.; Labronici, L. M.; Mazza, V. de Azevedo; Maftum, M. A. (2011). Redes sociais de apoio de pessoas com transtornos mentais e familiares. *Texto contexto – Enferm.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-40, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/fYG8Mv9YCrKSzDH8MQgGCMd/citation/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- Cairus, r. J. dos R. (2020). *Atividades práticas no ensino de Biologia na perspectiva da educação inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40678/1/2020_ReginaJuliadosReisCairus.pdf Acesso em: 16 jan. 2024.
- Campos, J. A. de P. P.; DUARTE, M. (2011). O aluno com deficiência na EJA: reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 24, n. 40, p.271-284, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2933> Acesso em: 16 jan. 2024.
- Cunha, E. (2016). *Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Wak Editora.
- Ferrari, K. P. G.; Savenhago, S. D.; Trevisol, M. T. C. (2014). A contribuição da ludicidade na aprendizagem e no desenvolvimento da criança na educação infantil. *Unoesc & Ciência – ACHS*, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 17-22, jan./jun. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/4560>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- Friedmann, A. (2011). *Paisagens infantis: uma incursão pelas naturezas, linguagens e culturas das crianças*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3284/1/Adriana%20Friedmann.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- Gomes, A. M. P. M. (2006). *A importância da resiliência na (re) construção das famílias com filhos portadores de deficiência: O papel dos profissionais da educação/reabilitação*. *Saber (e) Educar*, Porto, Portugal, v. 11, n. 1, p. 49-71. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/699>. Acesso em: 13 dez.2022.
- Gonçalves, C. A.; Meirelles, A. de M. (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Kullok, M. G. B. (2002). *Relação professor-aluno: Contribuição prática*. Maceió: EDUFAL.
- Lima, M. S. L. (2012). *Estágio e aprendizagem da profissão docente*. Brasília: Líder Livro.
- Lüdke, M.; André, M. E. D. A. de. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Mantoan, M. T. E. (2008). Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis / RJ: Vozes, p. 29-41.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.
- Martins, N. R. S. (2022). *Atividades lúdicas como uma proposta interdisciplinar mediadora*

do ensino de ciências nos anos iniciais. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Franciscana, Santa Maria, RS. Disponível em: <http://www.tede.universidadefranciscana.edu.br:8080/handle/UFN-BDTD/1074>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Oliveira, D. L. de. (1999). *Ciências nas salas de aula*. Porto Alegre: Ed. Mediação.

Oliveira, L. de C. F. (2002). *Escola e família numa rede de (des) encontros: um estudo das representações de pais e professores*. São Paulo, SP: Ed e Livraria Universitária.

Pereira, A.; Riesgo, R. S.; Wagner, M. B. (2008). Autismo infantil: tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 84, n. 6, p. 487-494. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/fjwPdpCm7L36K8hgsdQfsD-f/?lang=pt> Acesso em: 16 jan. 2024.

Pereira, J. A. (2012). *Introdução ao lúdico como recurso didático no ensino de ciências biológicas EJA*. Portal Educação. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/20135/introducao-do-ludicocomo-recurso-didatico-no-ensino-de-ciencias-biologicas-eja#!8> Acesso em: 24 ago. 2024.

Polonia, A. da C.; dessen, M. A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola: relações família-escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 303-312. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yLDq54PMBGp7WSM3TqyrD-Qz/?lang=pt> Acesso em: 16 jan. 2024.

Riesgo, R. (2013). Neuropediatria, autismo e educação. In: SCHMIDT, Carlos (Org.). *Autismo, educação e transdisciplinaridade*. Campinas: Papyrus.

Rosset, S. M. (2005). *Relações de Casal: tempo, mudança e práticas terapêuticas*. Curitiba: Sol.

Sanches, I. R.; silva, P. B. da. (2019) A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Portugal, v. 32, n. 1, p. 155-172. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/14955/14234> Acesso em: 27 ago. 2024.

Silva, M. C. da; Pavão, S. M. de O. (2019). Terminalidade específica para estudantes com deficiência na educação superior: práticas (a serem) implementadas? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240054.pdf> Acesso em: 19 dez. 2023.

Silva, M.; Mulick, J. A. (2009). Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 116-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 16 jan. 2024.

Veiga, M. M. (2008). A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. *Paidéia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 04, p. 169-196. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/924> Acesso em: 30 jun. 2024.

Yin, R. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.

Ziesmann, C. I. (2018). *Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na Educação Básica na perspectiva de Vygotsky*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8421> Acesso em:

16 jan. 2024.

Ziesmann, C. I.; Guilherme, A. A.. (2020) Inclusão no atendimento educacional especializado na Educação Básica: um estudo de caso. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 35, n. 110, p. 86-104. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9090> Acesso em: 16 jan. 2024.